



Brasília – DF, 21 de novembro de 2022.

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Senado Federal
RODRIGO OTAVIO SOARES PACHECO

Presidência do Senado Federal

Recebi o Original

Em 06/12/2022 às 15:53

Jaqueline
em nome

Assunto: Carta Conjunta em apoio à aprovação da nova Lei de Segurança Privada no país

Senhor Presidente,

As entidades signatárias desta carta conjunta, a saber, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Segurança Privada (CONTRASP), a Federação Profissional dos Trabalhadores em Segurança Privada do Estado do Rio Grande do Sul (FEPSP-RS), a Federação dos Trabalhadores em Empresas enquadradas no Segundo Grupo do Comércio do Estado do Paraná (FETRAVISPP), a Federação dos Trabalhadores em Segurança e Vigilância Privada, Transporte de Valores, Similares e afins do Estado de São Paulo (FETRAVESP), respeitosamente, pedem a atenção de Vossa Excelência para o **Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) nº 6, de 2016**, que institui o **Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras** e endossam a carta conjunta da CNC, CNT, FENAVIST, FENAVAL, FEBRABAN e OCB.

Essa proposição representa importante avanço legislativo para estabelecer maior segurança jurídica para empresas de segurança e transporte de valores, bancos, comércio, cooperativas, trabalhadores, governos das três esferas federativas e, sobretudo, para a população brasileira.

Do ponto de vista de avanços que essa lei trará, é possível destacar: 1) **geração de empregos**, pois segundo a Fenavist a aprovação desse projeto vai proporcionar a inserção de aproximadamente 1 milhão de vigilantes no mercado de trabalho; 2) **maior arrecadação de impostos**, conforme prevê a Fenavist federação, pelo menos R\$ 60 bilhões poderão ser arrecadados com tributos a partir da redução da informalidade na área de segurança; 3) **mais proteção para bancários e consumidores**; 4) **melhores condições de trabalho** para profissionais de segurança privada; e 5) **maior eficiência no combate e prevenção de crimes violentos**.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ)¹ emitiu uma nota técnica na qual defende a aprovação do Estatuto da Segurança Privada pelo Senado. Segundo o texto, a “celeridade na apreciação do mencionado projeto de lei representa medida oportuna e de extrema relevância para o adequado controle e fiscalização do segmento da segurança privada, armada ou desarmada, regular ou irregular, e, por conseguinte, para a eliminação de todas as formas de discriminação, com a promoção do respeito aos direitos humanos no exercício da atividade”.

A Polícia Federal² também já se posicionou favoravelmente à aprovação do referido projeto, pois a legislação atual (aprovada em 1983) está obsoleta e impede evoluções no sistema de segurança privada. Segundo o órgão, a modernização dessa lei será fundamental para permitir

¹ <https://fenavist.org.br/cnj-defende-a-aprovacao-imediata-do-estatuto-da-seguranca-privada/>

² <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7872956&ts=1646420549714&disposition=inline>



inovações em segurança privada que possam melhorar a prevenção e o combate a crimes no Brasil.

Em relação ao texto do projeto, depois de ser amplamente debatido nas duas Casas do Congresso Nacional, parlamentares, autoridades do Poder Executivo e representações de diferentes setores da sociedade conseguiram por meio de ampla discussão técnica a aprovação de uma **proposta que aguarda a palavra final do Senado, antes de seguir para sanção presidencial.**

Os signatários também desta missiva entendem que o **parecer já aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado** expressa o entendimento de todos os segmentos da sociedade que serão diretamente afetados pelo advento da nova lei, e consolida um amplo acordo acomodando os múltiplos interesses de todas as partes envolvidas, superadas pontuais divergências que possam ter surgido ao longo do processo legislativo.

Por todo o exposto, **as entidades pedem a Vossa Excelência e aos demais senadores a aprovação imediata de um regime de urgência para votação deste parecer em plenário**, para não perdemos toda a construção legislativa realizada por meio de um amplo debate entre o Poder Legislativo, os trabalhadores, o setor produtivo e a sociedade, o qual nos permitiu essa oportunidade de modernização da legislação de segurança privada em nosso país.

Respeitosamente,

FEPSP-RS Federação Profissional dos
Trabalhadores em Segurança Privada do
Estado do Rio Grande do Sul

CONTRASP
Confederação Nacional dos Trabalhadores
da Segurança Privada

FETRAVISPP
Federação dos Trabalhadores em Empresas
enquadradas no Segundo Grupo do
Comércio do Estado do Paraná

FETRAVESp
Federação dos Trabalhadores em
Segurança e Vigilância Privada, Transporte
de Valores, Similares e afins do Estado de
São Paulo